

Impactos Econômicos da Reforma Tributária Ampla sobre o Consumo

Apresentação para o Senado Federal

Bernard Appy

Agosto de 2021

Roteiro da apresentação

- 1. Impactos sobre o crescimento**
- 2. Impactos distributivos**
- 3. Impactos setoriais**
- 4. Impactos federativos**

Impactos sobre o crescimento

Uma reforma da tributação do consumo que aproxime o Brasil dos melhores padrões internacionais terá um impacto relevante sobre o crescimento

Esse impacto resulta de vários fatores

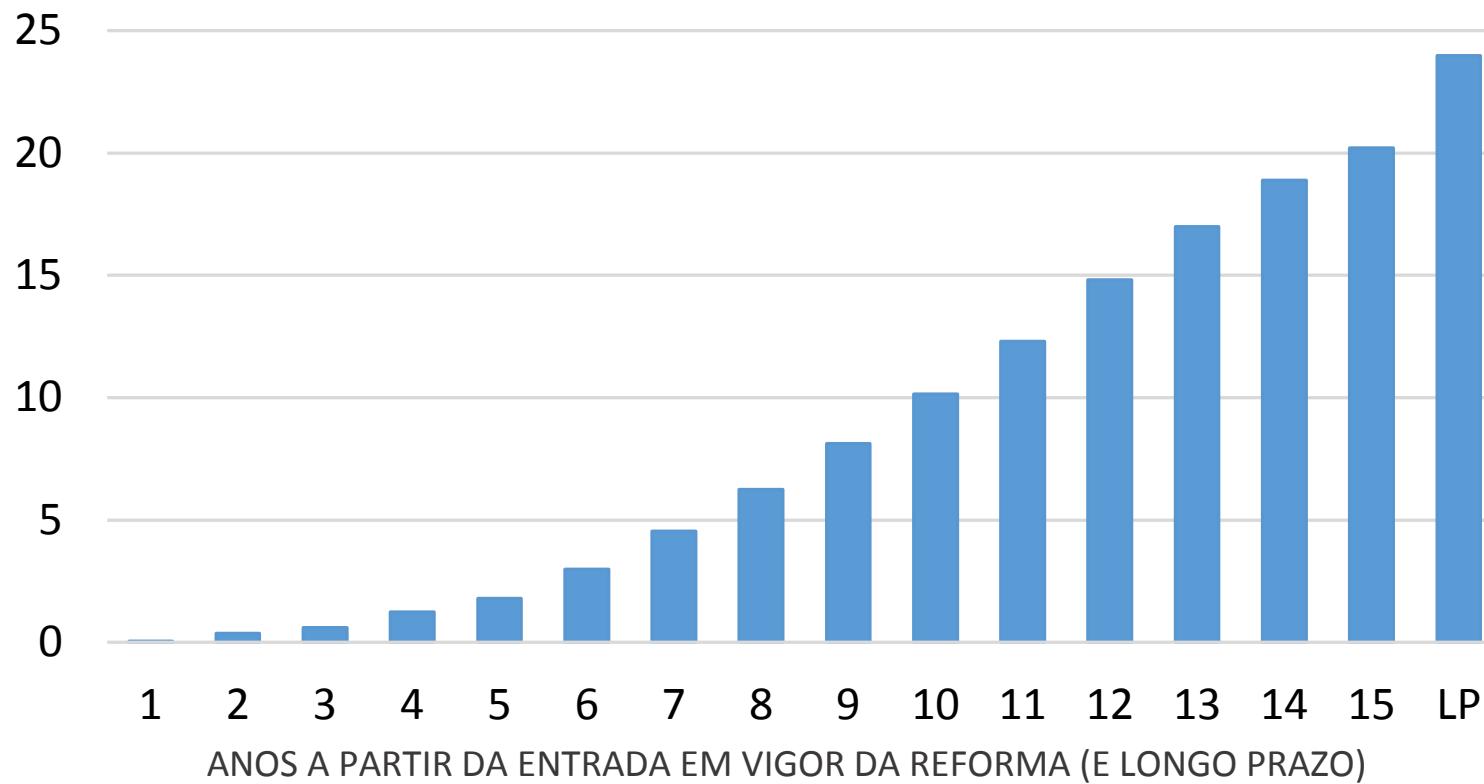
- Redução do custo de conformidade tributária
- Redução do litígio sobre matérias tributárias
- Redução do custo dos investimentos
- Aumento da competitividade do país
- Correção de distorções alocativas

Quanto menos exceções tiver o novo sistema, maior tende a ser o impacto sobre o crescimento

Impactos sobre o crescimento

4

Impacto direto da reforma tributária sobre o PIB potencial (pontos percentuais)



Fonte: Borges (2019).

Impactos sobre o crescimento

A reforma tributária também tem um impacto indireto sobre o crescimento, resultante da melhora de expectativas e redução dos juros de longo prazo

- Em boa medida, o impacto indireto é antecipável, tendo efeitos positivos imediatos
- Considerando o impacto direto e indireto, o aumento do PIB potencial pode chegar a 33% em 15 anos

O maior crescimento beneficia a todos

- **Famílias** (aumento do poder de compra)
- **Empresas** (aumento das vendas)
- **Governos** (aumento da receita, mantendo a carga tributária)

Impactos distributivos

Embora o objetivo principal da reforma da tributação do consumo seja elevar o crescimento, também há uma melhora relevante da distribuição de renda

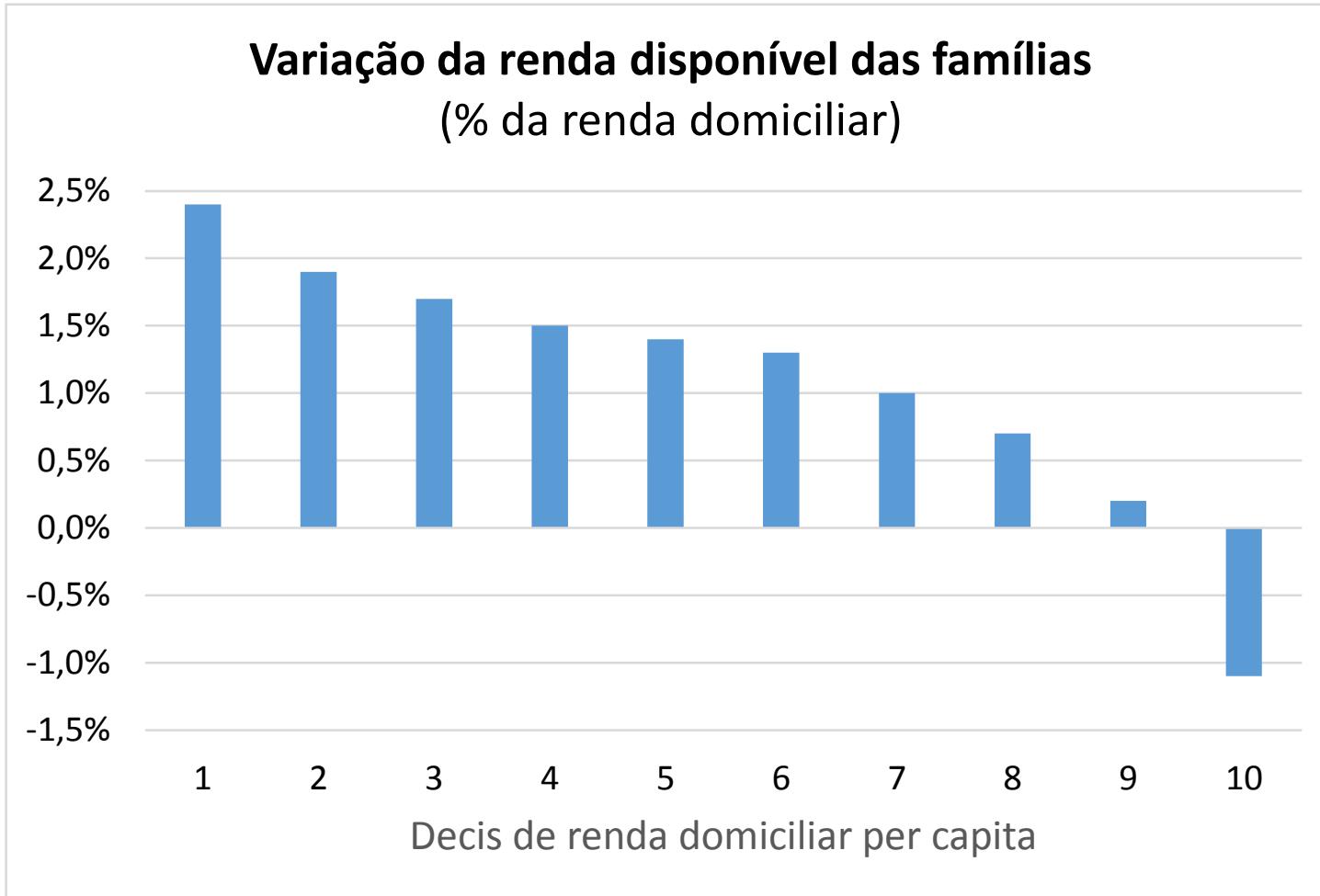
Medidas que melhoraram a distribuição de renda

- Adoção de alíquota uniforme para bens e serviços
 - Famílias de maior renda consomem mais serviços que famílias pobres (31% vs 9% do consumo)
- Mecanismo de devolução do imposto para as famílias de baixa renda
 - Forma mais eficiente de reduzir a pobreza que a desoneração da cesta básica

Maior crescimento beneficia todas as famílias

Impactos distributivos

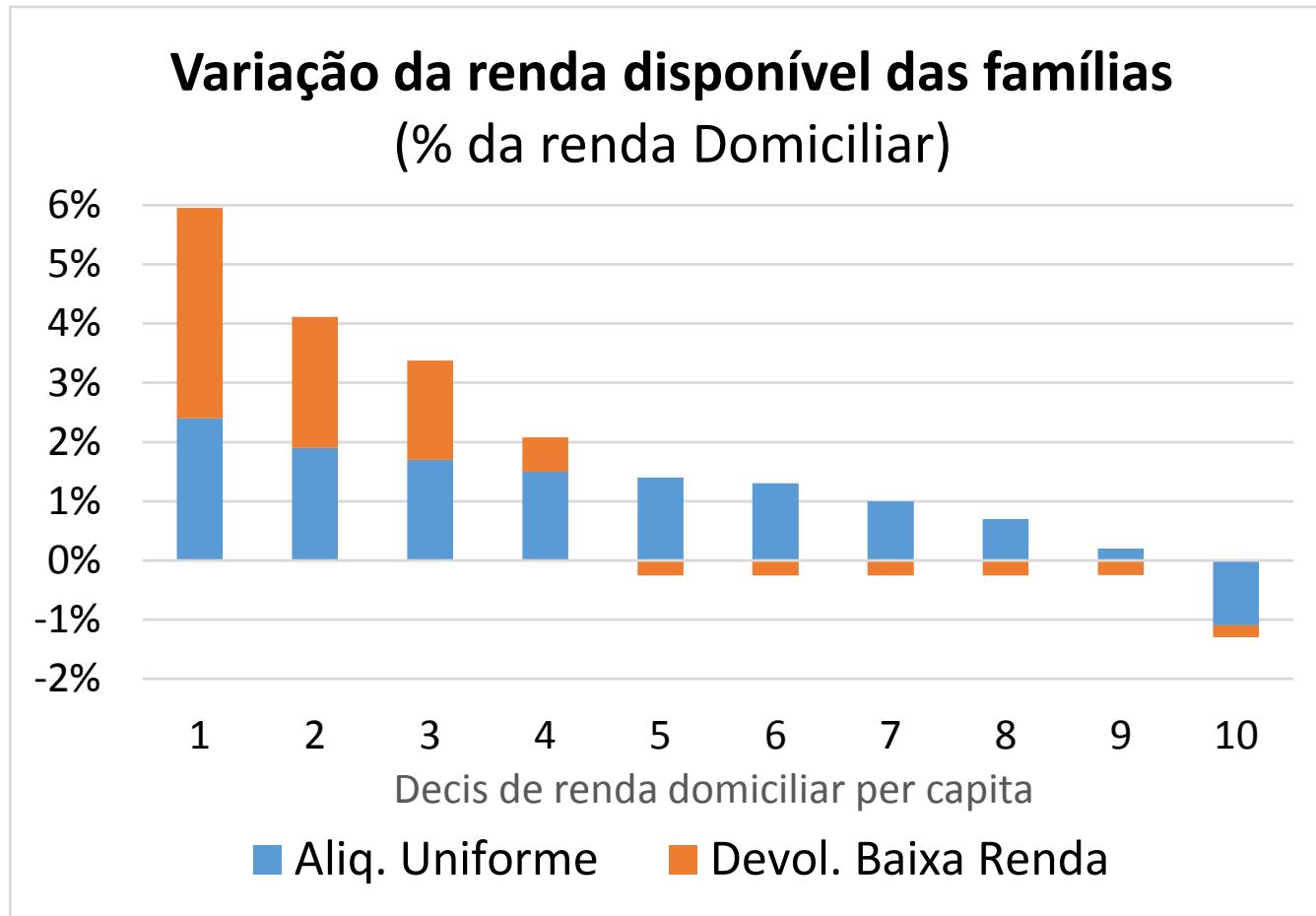
Impacto considerando apenas a adoção de alíquota uniforme para bens e serviços



Fonte: Orair e Gobetti (2019).

Impactos distributivos

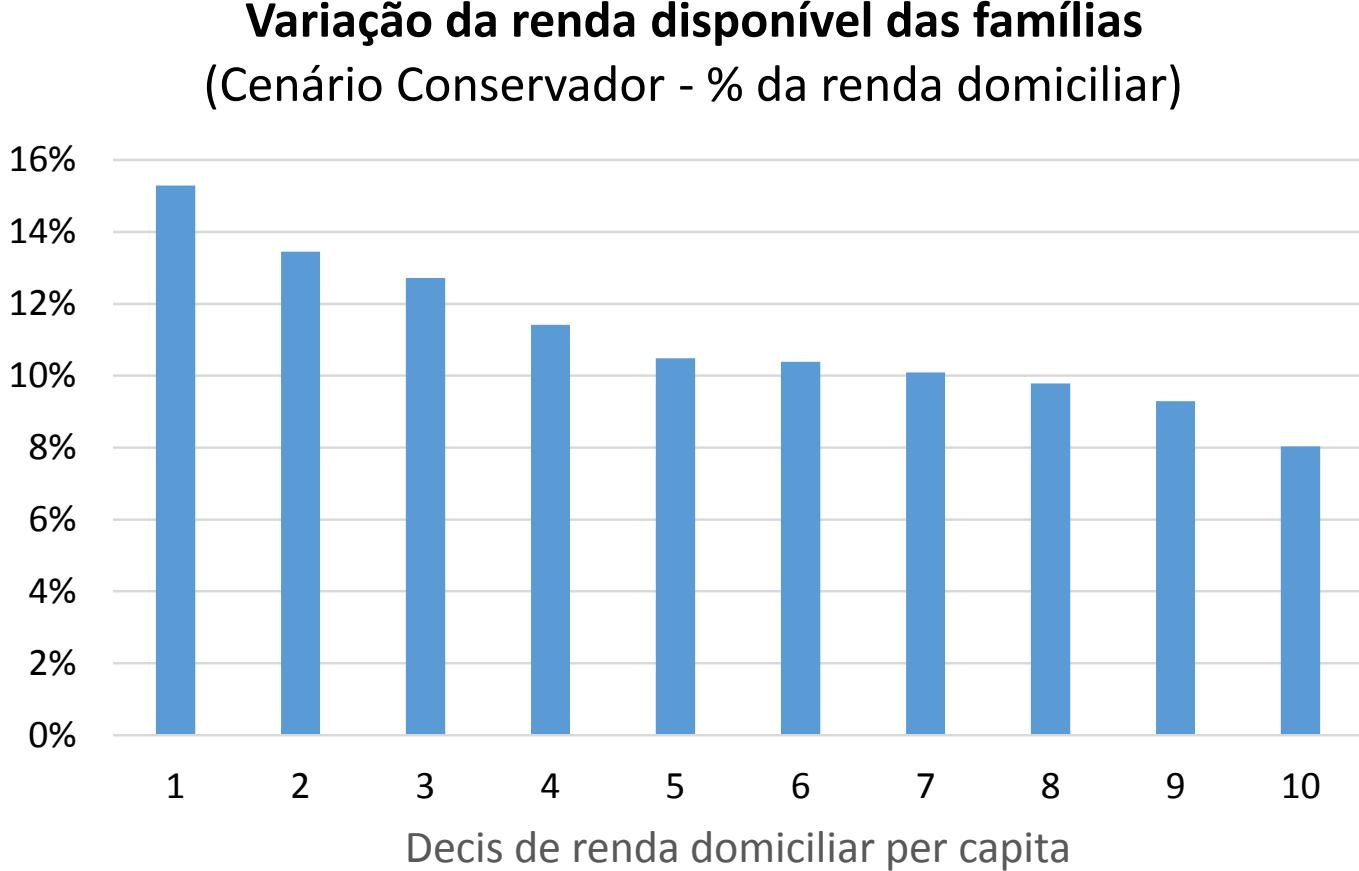
Impacto considerando a adoção de alíquota uniforme e devolução do imposto para famílias de baixa renda



Fonte: Orair e Gobetti (2019) e Siqueira (2015). Hipótese: devolução do IBS para 35% da população, limitado ao imposto incidente sobre a cesta básica dos 20% mais pobres.

Impactos distributivos

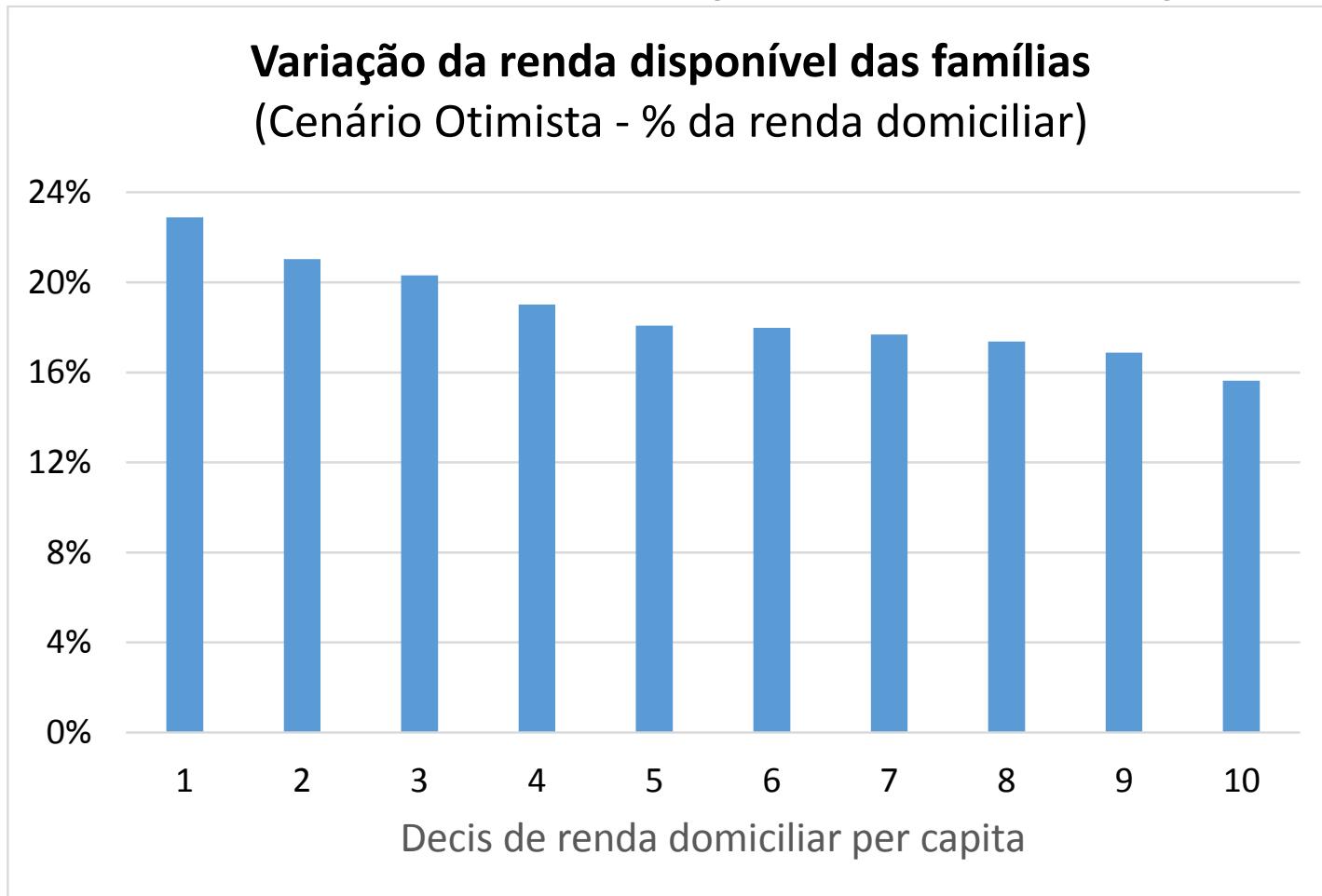
Impacto total - considerando também o aumento da renda das famílias (cenário conservador)



Fonte: Orair e Gobetti (2019), Siqueira (2015) e Domingues e Cardoso (2020). Considera efeitos de alíquota uniforme, devolução para baixa renda e crescimento da renda.

Impactos distributivos

Impacto total - considerando também o aumento da renda das famílias (cenário otimista)



Fonte: Orair e Gobetti (2019), Siqueira (2015) e Domingues e Cardoso (2020). Considera efeitos de alíquota uniforme, devolução para baixa renda e crescimento da renda.

Com o maior crescimento da economia todos os setores econômicos são beneficiados

Não há motivos para dar tratamento favorecido ao setor de serviços como um todo

- Menor tributação de serviços é regressiva
- Consumo de serviços é muito beneficiado pelo aumento da renda das famílias
- Reforma beneficia serviços no meio da cadeia
- Boa parte da prestação de serviços para consumidores finais é feita por empresas do SIMPLES
- Transição permite ajuste suave de preços

Benefício para saúde e educação é justificável, pois são serviços públicos

Impacto da reforma sobre o PIB setorial (%)

	Cenário considerado	
	Conservador	Otimista
PIB potencial total	12,0	20,0
Agropecuária	10,6	18,2
Indústria	16,6	25,7
Serviços	10,1	18,0
Construção	19,5	24,3
Educação Privada	5,2	17,9
Saúde Privada	6,2	17,6

Fonte: Domingues e Cardoso (2020).

Impactos federativos

Mesmo sem considerar os efeitos sobre o crescimento, a reforma melhora a distribuição federativa da receita

- Princípio do destino favorece Estados menos desenvolvidos do país
- Forte redução no diferencial de receita *per capita* entre os Municípios

Receita *per capita* dos Municípios (R\$)

	Atual	PEC
Máximo	14.139	5.906
Mínimo	66	329
Máx/Mín	214,8	18,0

Receita de ISS e cota-parte. Dados de 2018 (exclui DF).

Com crescimento, praticamente todos os entes da federação são beneficiados pela reforma

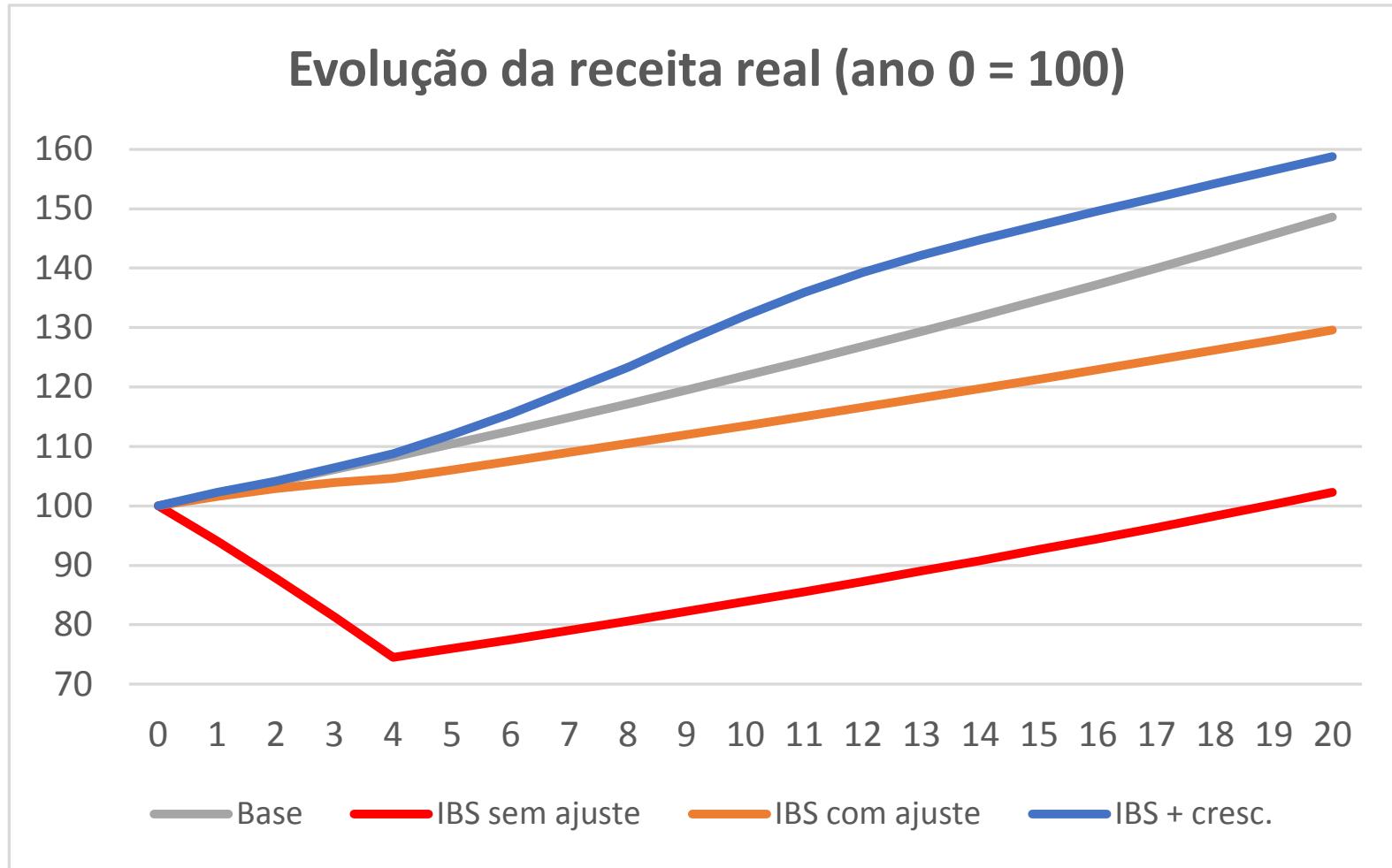
Transição na distribuição federativa da receita permite ajuste suave de todos os entes

- Pela proposta da Comissão Mista, transição se daria em cinquenta anos

Resistência de grandes Municípios não se justifica

- Segmentação ICMS/ISS prejudica muito o crescimento
- Nenhum país relevante do mundo tributa separadamente bens e serviços

Efeito da transição federativa (estimativa para o Município de São Paulo)



Obrigado!